



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1003164-14.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Aparecida Henrique Marques da Silva**
 Requerido: **Rodrigo Cardoso da Silva**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

1 Vistos

2 Trata-se de pedido de alvará para levantamento de valores junto a Caixa Econômica Federal. A ação foi proposta por Aparecida Henrique Marques da Silva em razão do falecimento de seu filho Rodrigo Cardoso da Silva (certidão de óbito às fls.07).

3 Defiro a gratuidade.

4 Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os: valores devidos pelos empregadores aos empregados; montantes das contas individuais do FGTS; montantes das contas individuais do PIS-PASEP; restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física. Sujeitam-se a mesma regra os saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.

5 A Lei nº 8.213/91, no artigo 112, contém regra idêntica no que diz respeito ao valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social.

6 No caso dos autos, não há dependentes habilitados perante a previdência social (fls. 10).

7 A autora comprovou a condição de herdeiro do falecido, c

8 Os demais herdeiros estão de acordo com o pedido.

9 Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** o levantamento do saldo referente as contas do FGTS em nome do(a) falecido(a).

10 Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora - observada à concessão dos benefícios da gratuidade - e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.

11 Expeça(m)-se o(s) alvará(s) necessários, preenchendo todos os requisitos legais e formais, em nome de Aparecida Henrique Marques da Silva, com prazo de 180 dias.

12 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado** na data da prolação desta sentença, **dispensando-se o Cartório de emitir certidão**.

13 Decorridos 30 dias após a expedição do alvará, nada sendo requerido, arquivem-se os autos, dando-se baixa no sistema.

14 P.I.

São Carlos, 03 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**